



A denúncia social no livro-reportagem “Guerra dos Meninos”: uma análise semiótica a partir do nível narrativo¹

Morgani Guzzo²

Orientador: Prof. Ms. Rodolfo Rorato Londero³
Universidade Estadual do Centro Oeste

Resumo

O que leva um jornalista a abordar de forma ampla um acontecimento cotidiano como a morte de meninos de rua? A frustração, a sede por respostas e a possibilidade de uma denúncia social levou Gilberto Dimenstein a se debruçar sobre esse assunto em uma investigação que resultou no livro-reportagem “Guerra dos Meninos” em 1990. Este trabalho tem como objetivo mapear o processo de escrita de um livro-reportagem, ao mesmo tempo em que, utilizando a semiótica greimasiana, busca-se reconhecer as quatro etapas da estrutura canônica de uma narrativa dentro do nível narrativo proposto pela teoria.

Palavras-chave: Livro-reportagem; Guerra dos Meninos; Semiótica; Jornalismo investigativo; Jornalismo Literário.

1. Introdução

O jornalismo é uma atividade que une a investigação e a apuração dos fatos com o objetivo de informar, formar e questionar a sociedade. O método do jornalista leva em consideração a importância das informações para o interesse público, a apuração rigorosa das fontes e uma escrita que una clareza e objetividade.

Além das notícias corriqueiramente publicadas no rádio, televisão, jornais e *web*, o jornalismo utiliza as grandes reportagens para sustentar e aprofundar melhor o acontecimento. Esse gênero aparece em diversos meios de comunicação e pode, em maior ou em menor medida, ser considerado uma das formas mais completas do jornalismo realizado atualmente. O livro-reportagem, o documentário ou até mesmo as reportagens veiculadas em série nas revistas, são exemplos de um trabalho árduo e de maior dedicação e fôlego dos profissionais da área jornalística. Independente dos meios

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e integrante voluntária do grupo PET-Letras. E-mail: morgani.g@hotmail.com

³ Professor Mestre em Estudos Literários e Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro Oeste. E-mail: rodolfolondero@bol.com.br



em que a grande reportagem veicula, o gênero tem grande reconhecimento na sociedade.

Uma das formas que a grande reportagem pode assumir é a denúncia social. Para que o jornalista se arme com todas as ferramentas e informações necessárias para realizar uma denúncia, é exigido tempo de apuração e investigação, discrição e, acima de tudo, um meio de credibilidade para a publicação da informação. Por se tratar de um trabalho de fôlego, a denúncia geralmente assume uma forma que excede o espaço destinado às notícias nos meios de comunicação convencionais.

Assim, a denúncia recebe tratamento especial em programas de reportagem de televisão, rádio ou em reportagens publicadas de forma ampla em revistas ou em série nos jornais diários. Outro meio que tem se tornado bastante comum para a publicação de um material jornalístico de denúncia é o livro-reportagem.

O livro-reportagem une o texto jornalístico com uma escrita mais autoral, que consiga prender o leitor do início ao fim. Por se tratar de um trabalho mais aprofundado, é essencial ao jornalista uma pesquisa histórica na documentação do assunto, entrevista com pessoas envolvidas direta ou indiretamente no fato e muita observação para construir um texto criativo, original, fundamentado e crível. Utilizando aspectos literários na sua estrutura, a reportagem em forma de livro possibilita uma narrativa mais atrativa, típica dos romances.

No livro-reportagem “Guerra dos Meninos” (1994), Dimenstein faz um retrato sobre o assassinato de crianças e adolescentes por grupos de extermínio em seis das principais capitais brasileiras. As cerca de trezentas entrevistas, juntamente com as informações estatísticas contidas em documentos e as fotos da fotógrafa Paula Simas fazem do livro um exemplo de trabalho jornalístico de fôlego que une a investigação a uma escrita mais leve.

Este estudo – um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo - tem como intuito, além de mapear a estrutura e o processo de construção da denúncia social em forma de livro, reconhecer as quatro etapas da estrutura canônica de uma narrativa dentro de um dos níveis estudados na semiótica desenvolvida por Greimas, o nível narrativo.

2. O valor jornalístico: a denúncia social



É senso comum e está em todos os manuais de jornalismo que o papel do jornalista é informar e, conseqüentemente, formar cidadãos. Para isso, são considerados os critérios de nociabilidade baseados, principalmente no interesse público, ou seja, notícias que sejam úteis para a sociedade em geral. No entanto, o trabalho jornalístico pode assumir características próprias quando considerado o meio em que a notícia veicula, o aprofundamento e a problematização dos acontecimentos.

O jornalismo diário ou os veículos periódicos, por exemplo, produzem informações mais pontuais ou factuais, abordando fatos que possuem, geralmente, um prazo de validade. Completamente diferente dessa característica, produtos jornalísticos como o documentário e o livro-reportagem, por exemplo, possuem o fator da permanência, possível devido ao aprofundamento do fato e da quantidade de enfoques que consegue abranger.

Esses produtos jornalísticos funcionam, também, como uma alternativa, uma maneira de se fazer um jornalismo mais aprofundado e independente. Segundo Lima, quando acontecimentos importantes não têm nos veículos periódicos a atenção que merecem, uma alternativa é o aprofundamento do caso e o seu relato em meios não periódicos, como o livro reportagem, por exemplo. (LIMA, 1998, p. 12)

O aprofundamento diz respeito à angulação, à apuração e ao caráter denunciativo que o jornalismo assume após uma investigação. Esse processo investigativo, no sentido de averiguação e pesquisa do fato, é essencial em qualquer produção jornalística. No entanto, a abordagem ampla do acontecimento, por meio de uma investigação mais aprofundada e de maior fôlego ocorre principalmente em reportagens de denúncia social.

2.1 A investigação jornalística

As atribuições das redações no esforço de noticiar o novo, o “furo”, ou seja, as informações em tempo real antes que os seus concorrentes o façam, juntamente com o grande investimento financeiro necessário em uma investigação, contribuem para que o jornalista não realize uma pesquisa aprofundada dos acontecimentos – principalmente daqueles que são considerados “cotidianos” - podendo tender à publicação de notícias soltas, sem contextualização e sem versões diferenciadas.

Segundo Lage, isso ocorre porque o jornalismo em sociedades estruturadas é produzido às pressas, “com suas tensões, regras e leis, jogos de riqueza e poder;



obrigado a tornar os fatos inteligíveis para um público aferido em quantidades médias e qualidade receptiva mínima”. Por isso, as interpretações feitas pelo jornalista são geralmente datadas e efêmeras. “Urgência e contingência constituem barreiras difíceis de transpor” (LAGE, 2005, p. 05).

A condição para que o fato jornalístico se desenvolva com uma angulação diversificada é a capacidade investigativa do jornalista. Entretanto, Noblat defende que a consagrada categoria “jornalismo investigativo” é redundante, já que todo jornalismo pressupõe a investigação. “[...] denunciar um escândalo ou um erro, contar a história de um acidente de carro ou de uma eleição fraudada exige investigação. E exaustiva, muitas vezes. Claro, se quisermos fazer bom jornalismo” (NOBLAT *apud* FORTES, 2005, p.80).

Este “bom jornalismo” defendido por Noblat é representado pelas reportagens investigativas, matérias que exigem dos repórteres um esforço maior, dedicação e muito mais tempo para que os fatos possam ser apurados.

A complexidade da realização de reportagens investigativas levou à criação de um mito: investigação é trabalho para um jornalista experiente, um repórter conhecedor profundo da atividade. Mas, partilhando da consideração de Noblat, Soares, gerente executivo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), lembra que qualquer tipo de reportagem que demande apuração mais complexa é Jornalismo Investigativo e que este trabalho “não é privilégio de alguns jornalistas iluminados. Qualquer repórter, dispondo de boas técnicas de reportagem, pode transformar até assuntos corriqueiros em uma investigação” (SOARES *apud* FORTES, 2005, p.27).

No entanto, não é por ser similar à definição básica do que é o “fazer jornalístico” que as matérias investigativas não exijam certo tato do repórter. As pautas, em geral, são mais polêmicas e colocam o jornalista em situações complexas. Segundo Fortes (2005), é por isso que, para que uma reportagem aconteça da maneira esperada, as etapas de sua produção devem ser realizadas com muito mais aprofundamento, desde uma pesquisa minuciosa, checagem atenta de dados, muitas entrevistas e, até mesmo, possuir alguns conhecimentos básicos de investigação policial ajudam o repórter na hora de fazer seu trabalho.

Nesta área do jornalismo é que são desvendados grandes escândalos políticos, desvios de verbas públicas, tráfico de drogas, de pessoas e de órgãos, prostituição infantil, atentados aos direitos humanos e toda e qualquer ação ilícita. Reportagens investigativas envolvem, muitas vezes, pessoas com grande influência e por isso se



tornam matérias perigosas de cobrir, como é o caso do livro-reportagem *Guerra dos Meninos*, no qual o enfoque é o assassinato de meninos de rua por grupos de extermínio, muitos deles ligados a policiais ou ex-policiais.

Por causa da importância das informações e da denúncia, a matéria investigativa “ultrapassa as picuinhas internas das redações” e torna-se respeitada em todos os setores da sociedade.

É quando a avaliação dos resultados, sendo positiva, garante à atividade jornalística um tipo de credibilidade que poucas instituições têm. Graças à substância saudável que se expele de meio tão conflituoso é que, bem ou mal, a imprensa vem desenvolvendo um efeito altamente benéfico para o exercício do poder no Brasil. Refiro-me ao efeito direto da vigilância e, por que não dizer, do medo que a investigação jornalística impõe aos agentes públicos (FORTES, 2005, p. 20).

No Brasil, o jornalismo investigativo, propriamente dito, só surgiu depois da ditadura já que, devido à opressão e censura do regime militar, apurar qualquer tipo de irregularidade era muito mais complicado. “Com a redemocratização do país, em 1985, os jornalistas começaram a respirar, a fugir do noticiário oficial e, finalmente, a buscar a melhor notícia – aquela que está escondida” (FORTES, 2005, p. 10). Segundo Fortes, foi na Era Collor que a investigação, com caráter de denúncia social, teve início. O marco zero da investigação jornalística no país teve como consequência o impeachment do então presidente Fernando Collor.

O processo investigativo é muito mais que a “cópia de boletins de ocorrência”. Matérias investigativas podem levar meses para ficar prontas, afinal o processo de pesquisa de dados, confirmação desses dados e entrevistas é muito mais complexo quando trata-se de reportagens de denúncia social.

Gilberto Dimenstein começou o projeto para o livro-reportagem em setembro de 1989 e somente em 1990 o livro teve sua primeira edição publicada. Durante os meses de viagens e investigação, algumas restrições foram sendo impostas ao seu trabalho investigativo, como o acesso às informações.

Tratei de procurar caminhos que me levassem à rede de informações sobre essa guerra não-declarada [...] Sem guias confiáveis não se chega a lugar nenhum. Há informações guardadas em locais inexpugnáveis, lacradas em humildes casas ou barracos em morros ou



bairros pobres. Só se chega lá apresentado (DIMENSTEIN, 1995, p. 13).

Segundo Fortes, tanto o repórter quanto o veículo em que trabalha devem atentar aos riscos, considerar, em primeiro lugar, a integridade desse jornalista. “A busca enlouquecida pela verdade, por mais digna e respeitável que seja não pode tomar o lugar da responsabilidade profissional, muito menos expor um repórter à sandice de criminosos” (FORTES, 2005, p. 73).

O jornalismo investigativo é um grande aliado da sociedade. Essas reportagens vão muito além das pautas do cotidiano, elas precisam ter um caráter reflexivo, possuir comprovação para toda e qualquer informação. A investigação é a única maneira de tornar transparente e objetiva uma informação.

Em casos específicos de denúncia social, a reportagem investigativa pode assumir um caráter diferenciado da composição e da linguagem utilizadas nas mídias convencionais. No caso de *Guerra dos Meninos*, o encadeamento das entrevistas e documentos comprobatórios dessas mortes, aliado a uma escrita mais leve, utilizando recursos literários, resultou em um produto que cumpre com a obrigação do jornalista na sociedade: denunciar e cobrar a garantia dos Direitos Humanos.

2.2 A denúncia em forma de livro

A profundidade da informação deve ser uma das principais preocupações do jornalista, que deve atentar para a apuração dos acontecimentos, a escolha das fontes, a objetividade do seu texto e, a tentativa de alcançar vários aspectos sobre a mesma realidade.

As matérias de denúncia social são as mais chamativas: ganham facilmente as primeiras páginas dos jornais e grande cobertura e espaço na televisão, rádio ou *web*, já que seu conteúdo é absolutamente de interesse público. No entanto, aspectos comuns impostos pelos veículos - como a restrição do tempo - faz com que muitas matérias sejam publicadas sem ter o aprofundamento e a atenção que merecem.

Dessa forma, o desenvolvimento da informação mais aprofundada, investigada, com apelo ao lado humano e escrita atraente ocorre na forma de reportagem e é publicado, geralmente, em revistas, em séries especiais ou em veículos não convencionais.



“Guerra dos Meninos” é um exemplo de reportagem aprofundada que partiu de uma matéria sem aprofundamento que saiu nos jornais. Segundo Dimenstein, o projeto do livro foi “provocado por uma frustração” após ter publicado uma reportagem sobre a violência contra menores a partir de uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Econômicos com a ajuda do Movimento Nacional dos Meninos e Meninos de Rua. Tal matéria, segundo o jornalista, possuía “falhas insanáveis” e o tema “merecia aprofundamento”. (DIMENSTEIN, 1994, p. 12)

Diferente das matérias cotidianas, a reportagem, segundo Lima, é “uma forma de mensagem mais rica, cujo teor procura redimensionar a realidade sob o horizonte de perspectivas onde não raro existem várias dimensões da realidade”, ou seja, é a informação jornalística em sua excelência, ocasião em que o jornalista pode ousar na seleção das informações, dos entrevistados e também na maneira de escrita. (LIMA, 1998, p.10).

O gênero reportagem abre espaço para uma escrita mais autoral, onde o repórter tem a autonomia de se colocar no relato. Além disso, como nos outros gêneros, utiliza-se citações, entrevistas, fotografias, entre outras técnicas, para compor a verossimilhança, promover o enraizamento da realidade, criando o “efeito do real”. (GOMES, 2000, p.25). A função testemunhal do jornalista está o tempo todo, ainda segundo Gomes (2000), desenhando o espaço social, hierarquizando e organizando esse espaço.

A grande-reportagem, em forma de livro, é uma das maneiras mais completas onde as investigações podem ser publicadas. A investigação, preceito básico para uma informação crível, dotada dos aspectos essenciais do jornalismo, tem no livro-reportagem um ganho maior no processo de apuração, já que não obedece necessariamente a um *dead line* e é desvinculado à linha editorial dos meios de comunicação de massa. Pela necessidade de aprofundamento de seu conteúdo, a reportagem em forma de livro dá ao jornalista maior autonomia com relação à utilização das fontes, fotos e escrita, permitindo que ele seja parte do relato. É onde a linguagem do jornalismo encontra-se mais naturalmente com a linguagem literária.

O livro-reportagem é parte do mundo do jornalismo, mas possui sua própria autonomia, que exatamente lhe possibilita experimentações impraticáveis nas redações dos veículos periódicos. Por isso, penetra num território novo, podendo transcender o jornalismo – pelo menos na sua concepção conservadora -, gerar um novo campo (LIMA, 2004, p.14).



Uma das características mais frequentes do livro-reportagem é o caráter denunciativo que pode assumir. Segundo Cosson, a reportagem em forma de livro, ou romance reportagem, já pressupõe uma característica de denúncia social. “Nesse desnudamento do real, o romance-reportagem torna explícito o desejo de mudar o mundo por meio da denúncia social que a verdade, espelhada nos fatos de sua narrativa, evidencia e consoma” (COSSON, 2001, p.36). Essa denúncia pode ocorrer de forma mais sutil, ao contar uma história que não foi divulgada na imprensa com toda a complexidade que merecia - como é o caso do romance de não-ficção de Truman Capote, “A Sangre Frio” - ou pode também assumir o caráter de denúncia abertamente, como no livro “Rota 66” de Caco Barcellos.

Em “Rota 66”, “Meninas da Noite”, “Guerra dos Meninos”, por exemplo, notícias corriqueiras nas páginas policiais dos jornais ganharam uma amplitude maior, com aprofundamento, olhar humano e uma narrativa que, apesar do caráter pesado da denúncia, possibilita a leveza do texto.

O livro-reportagem é um gênero híbrido que une jornalismo investigativo e literatura e procura atingir uma harmonia entre a eficiência – informação jornalística de qualidade – e a fluência – elegância e leveza obtidas por meio dos recursos literários (LIMA, 1998, p. 42). A união da produção da informação jornalística e dos recursos literários resulta em uma reportagem mais aprofundada e rica estilisticamente, possibilitando ao leitor o prazer da leitura, semelhante àquele obtido ao ler um romance.

A reportagem em forma de livro também é um das maneiras mais utilizadas para desenvolver o Jornalismo Literário que, na definição de Denise Casatti, é um tipo de jornalismo em que o repórter é imerso na realidade, buscando maior precisão de dados e observações, expondo o ser humano por trás do acontecimento e fazendo a história vir à tona por meio de uma voz autoral e de um estilo. (CASATTI, 2007).

A influência do Realismo Social de Charles Dickens e Honoré de Balzac no século XVIII, e das revistas culturais deste século e do posterior, estimulou a relação entre a literatura e o jornalismo. Muitos romancistas, como Mark Twain, Fiodor Dostoievski, Léon Tolstoi e Ernest Hemingway, buscavam nos jornais inspiração para escreverem suas obras.

Essa afinidade também ocorreu nos anos 60 e 70 nos Estados Unidos, com o movimento de inovação na escrita jornalística, conhecido como *New Journalism* – categoria que teve como principais representantes Tom Wolfe, Gay Talese, Norman



Mailer, Truman Capote e Joseph Mitchell e defendia uma alternativa à estrutura fechada dos textos dos jornais, o abandono do *lead* e a utilização de uma escrita baseada em recursos literários.

No Brasil, o marco do Jornalismo Literário foi o livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, publicado em 1902, que narra a Guerra de Canudos. O gênero também foi desenvolvido em matérias das revistas *Realidade*, *Cruzeiro*, *Senhor* e no *Jornal da Tarde*. Em forma de livro, o Jornalismo Literário teve sua excelência nos anos 70, quando a própria ficção/literatura assumiu o compromisso de atualidade e referencialidade, próprios do jornalismo, para resistir à censura que ocorria aos jornais e outros meios de comunicação no auge do período ditatorial (COSSON, 2001, p. 17).

Segundo os autores de *Anos 70*, Heloísa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves, o gênero, que foi assumido pela literatura no período, leva em conta a forma de narrar – como “reportagem romanceada” - combinando a objetividade jornalística e uma “intervenção do subjetivo”, aquilo que elevaria o livro ao estatuto de literatura. (*apud* COSSON, 2001, p. 12-13).

O jornalista Vilas Boas (2006) assevera que a contribuição imediata que o Jornalismo Literário pode dar é com as reportagens especiais, algo que se possa guardar pelo conteúdo aprofundado, forma artística, autoral, transparente e “pela postura de compartilhamento por parte do repórter-autor”. No entanto, o Jornalismo Literário não é produzido em larga escala no Brasil, segundo Vilas Boas, por uma questão de “mentalidade fechada, desconhecimento, preguiça, burocracia e um certo ‘autojulgamento moral’” dos jornalistas, que nada tem a ver com os recursos disponíveis, com o tempo e com o consumo por parte dos leitores. “O fato é que ainda é mais cômodo deixar tudo como está, e por isso o jornalismo impresso está como está: cada vez menos interessante e redundante” (VILAS BOAS, 2006).

A publicação de notícias soltas, corriqueiras e que praticamente não geram repercussão sobre um acontecimento que merece aprofundamento, motiva o jornalista mais preocupado com a investigação do fato a buscar novas angulações, a mergulhar a fundo na pesquisa. Dessa forma, cada pequena notícia divulgada na imprensa pode ganhar dimensões de uma grande história.

Tanto o livro-reportagem como qualquer outro veículo pode dar cabo da publicação dessa investigação. A única ressalva é o jornalista trabalhar com informações e construções verossímeis. É possível ser bastante artístico, desde que se



mantenha dentro do real. “Em jornalismo a vida real é tudo [...] Arte não é monopólio da literatura de ficção” (VILAS BOAS, 2006).

A construção da notícia no livro-reportagem permite a utilização de uma linguagem diferenciada. Da mesma forma, a denúncia ligada à arte também pode se desenvolver no cinema, como é o exemplo dos documentários. Como no livro-reportagem, o documentário também precisa desenvolver as camadas da realidade tanto quanto necessárias para explorar o acontecimento, mas diferente do que acontece na reportagem em livro, o documentário pode escolher um enfoque, uma visão sobre a realidade, enquanto o livro mostra-o cruamente, da forma mais abrangente possível.

3. Reconhecimento da estrutura canônica em “Guerra dos Meninos”

A semiótica pertence ao grupo de teorias que estuda o texto. Segundo Barros,

A semiótica procura hoje determinar o que o texto diz, como diz e para que o faz. Em outras palavras, analisa os textos da história, da literatura, os discursos políticos, os filmes e as operetas, os quadrinhos e as conversas de todos os dias para construir-lhes os sentidos pelo exame de seus procedimentos e recuperar, no jogo da intertextualidade, a trama ou o enredo da sociedade (BARROS, 1990, p. 83)

Para Greimas, a semântica do discurso - ou seja, do estudo da significação do discurso – pode ser gerativa, sintagmática ou geral. A primeira deve estabelecer modelos que “apreendam os níveis de invariância crescente do sentido”; a sintagmática deve explicar a produção e a interpretação do discurso; a geral deve ter como princípio a “unicidade do sentido”. (FIORIN, 1995, p. 13).

O percurso gerativo, do qual partirá esta análise, é desenvolvido do nível mais simples e abstrato do discurso para o mais complexo. Este percurso compreende três etapas: o nível fundamental, que abriga as categorias semânticas que estão na base da construção de um texto; o nível narrativo, onde se organiza a narrativa do ponto de vista de um sujeito; e o nível discursivo, em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação.

No nível narrativo, compreende-se a análise das mudanças de estado dos sujeitos, ou seja, as transformações de conteúdo presentes na narratividade. Segundo Barros, “para entender a organização narrativa de um texto” é preciso “descrever o



espetáculo, determinar seus participantes e o papel que representam na historiazinha simulada” (BARROS, 1990, p. 16). O texto a ser analisado é o relato de Gilberto Dimenstein em “Guerra dos Meninos” sobre o “espetáculo”, ou seja, a morte dos meninos de rua por grupos de extermínio.

A sintaxe narrativa compreende dois tipos de enunciados: os de estado e os de fazer. Os enunciados de estado são os que estabelecem uma relação de disjunção ou de conjunção do sujeito com o objeto (FIORIN, 1994, p. 21). O relato de assassinatos de meninos de rua, contado por Dimenstein, possui um enunciado central: “meninos de rua são mortos por grupos de extermínio”, nesse exemplo percebem-se dois momentos: o primeiro, o sujeito em conjunção com o objeto (menino de rua em conjunção com a vida) e o segundo, o sujeito em disjunção com o objeto (menino sem vida).

Essa relação - ou função transitiva - de junção estabelece o enunciado de estado. Já o enunciado de fazer é aquele em que ocorre a transformação, ou seja, que corresponde à passagem de um enunciado de estado a outro. Utilizando o mesmo exemplo, se tem uma transformação de um estado inicial de conjunção “vivo” para um estado final de disjunção “não vivo”.

Dentro de uma narrativa complexa, a estrutura canônica compreende quatro fases, não necessariamente nesta ordem: manipulação, competência, *performance* e sanção. No trecho em que Dimenstein relata sobre o aumento de menores envolvidos no tráfico de drogas como “aviões” (responsáveis pela entrega das drogas para os consumidores), é possível perceber todas as fases da estrutura do nível narrativo.

Calabar tem uma história de organização comunitária, liderada pelo hoje jornalista Fernando Conceição. Estabeleceu-se como prioridade evitar que os meninos caíssem na marginalidade. Deveriam ter uma opção. Uma das metas, portanto, era preencher as lacunas da carência escolar, a fim de dar um mínimo de especialização aos menores. Foram criadas escolas práticas; padarias, sorveterias, saboneteiras. O produto do aprendizado vai para a escola e o restante serve como salário para os aprendizes (DIMENSTEIN, 1994, p. 22-14)

A primeira fase que se apresenta é a *performance*, quando ocorre a transformação central da narrativa. Neste exemplo, a *performance* significa o sucesso em evitar que os meninos caiam na marginalidade. A efetivação da *performance* depende diretamente da competência em poder/saber realizá-la ou poder/dever executá-la. A fase da competência é aquela em que o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou poder fazer, ou seja, para que o sujeito



(organização comunitária) realize a *performance* (evitar que os meninos caiam na marginalidade), é preciso adquirir competências (preencher as lacunas escolares com a criação de escolas práticas). A partir do momento em que o sujeito adquire a competência para realizar a *performance*, ocorre a terceira fase no enunciado, a manipulação. Na manipulação “um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa” (FIORIN, 1994, p. 22). Nesse exemplo a organização comunitária age sobre os meninos oferecendo cursos nas escolas práticas com o objetivo de convencê-los a não cair na marginalidade. Como forma de convencimento (manipulação), a organização oferece parte do produto do aprendizado para pagar o “salário” dos aprendizes. Esse tipo de manipulação caracteriza-se como tentação.

A sanção é a última das fases. “Nela ocorre a constatação de que a *performance* se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Eventualmente, nessa fase, distribuem-se prêmios e castigos” (FIORIN, 1994, p. 23). No exemplo citado, não está explícito se a *performance* ocorreu ou não. O que quer dizer que a narrativa não se realizou completamente. Segundo Fiorin, as fases da seqüência canônica não aparecem sempre arranjadas: muitas vezes algumas fases ficam ocultas e devem ser recuperadas a partir de pressuposições; outras vezes a narrativa não se realiza completamente, como é o caso do enunciado acima exemplificado; há também narrativas que relatam apenas ou preferencialmente uma das fases (FIORIN, 1994, p. 24-25).

A análise realizada desde o encadeamento dos papéis narrativos para formar enunciados, a organização desses enunciados para constituir seqüências narrativas e dessas seqüências canônicas para compor seqüência complexas faz parte, apenas, do estudo da sintaxe narrativa, ou seja, é uma das possíveis formas de se analisar um enunciado a partir do nível narrativo. É, portanto, somente um recorte da grande teoria desenvolvida por Greimas.

No entanto, esta percepção semiótica de apenas um enunciado presente no livro de Dimenstein possibilita o entendimento do percurso narrativo presente em qualquer outro texto. A análise semiótica a partir do nível narrativo e, posteriormente, dos tipos de manipulação que ocorrem nos enunciados de um sujeito qualquer, faz parte de outro processo de análise, o qual não foi contemplado por este recorte.

4. Conclusão



O livro-reportagem de Dimenstein é composto por diversos programas narrativos. São 315 entrevistados para o livro e, entre eles estão policiais, ex-policiais, governadores, secretários de segurança, educadores, psicólogos, juízes, funcionários de entidades assistenciais, religiosos e integrantes de movimentos de Direitos Humanos. (DIMENSTEIN, 1994, p. 13). A cada seqüência narrativa é possível realizar uma análise semiótica.

A estrutura do livro, assim como sua linguagem e método de escrita jornalística constituem o discurso da denúncia social. Por meio do conhecimento do método jornalístico, é possível perceber que o papel do jornalista de prestar serviço à sociedade é realizado com eficiência no livro-reportagem “Guerra dos Meninos”.

Por meio das entrevistas, da pesquisa minuciosa da realidade por trás do assassinato de menores em seis das principais capitais brasileiras, Dimenstein faz um mapeamento da situação social em que o Brasil se encontrava no final da década de 80 e início de 1990. Mais que uma informação aprofundada, o livro-reportagem funciona como um instrumento de denúncia social, já que, partindo do método investigativo, consegue alcançar várias dimensões sobre a mesma realidade, ao mesmo tempo em que revela verdades escondidas.

Da mesma forma, a organização das idéias, dos fatos, da inserção dos entrevistados no livro-reportagem funciona, como qualquer outro texto, como objeto de análise semiótica. Segundo Barros, “as estruturas narrativas simulam, por conseguinte, tanto a história do homem em busca de valores ou à procura de sentido quanto a dos contratos e dos conflitos que marcam os relacionamentos humanos” (BARROS, 1990, p. 16). Daí a importância do estudo do significado e dos sentidos do texto.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1990. 96p.

CASATTI, Denise. **Texto Vivo**, 2006. Disponível em: <<http://www.textovivo.com.br/denise.htm#info>>. Acesso em 28 de outubro de 2007.

COSSON, Rildo. **Romance-Reportagem: o gênero**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A Guerra dos Meninos**. 9ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.



FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. 4ed. São Paulo: Contexto, 1994.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é Livro-Reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____ **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri, SP: Manole, 2004.

VILAS BOAS, Sérgio. Disponível em
<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=371AZL004>>. Acesso em
14 de dezembro de 2007.